



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

**Memórias (des)alinhadas.
Representações sociais da história
e comunicação intercultural**

Sumário da Lição

Maria Rosa Soares Pedrosa Cabecinhas

BRAGA

março de 2018

Sumário da lição apresentado como requisito para Provas de Agregação no Ramo de Ciências da Comunicação, ao abrigo do Decreto-Lei nº 239/2007 de 19 de junho.

ÍNDICE

Nota prévia	4
Resumo	4
1. Estudos da memória em tempos de pós-verdade	6
2. Memória social e assimetria simbólica	8
3. Os “acontecimentos” da história da humanidade e da história nacional	14
4. As “personalidades” da história da humanidade e da história nacional	24
5. Considerações finais	28
Referências	33

Memórias (des)alinhadas: Representações sociais da história e comunicação intercultural

Nota prévia

Este sumário pormenorizado de uma lição é apresentado no âmbito da candidatura ao título académico de agregado e tem como objetivo apresentar um conjunto de estudos realizados por mim própria que considero contribuir significativamente para o desenvolvimento dos estudos da memória, como campo inter e transdisciplinar. Esses trabalhos foram realizados em colaboração com outros investigadores, (co)-autores dos trabalhos aqui referidos, a quem expresse o meu profundo agradecimento. Agradeço igualmente a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram nos diversos estudos. A todas, muito obrigada.

Resumo

Nesta lição procedo a uma breve introdução sobre os estudos da memória, um campo interdisciplinar que conheceu um desenvolvimento extraordinário nas últimas décadas nos mais diversos domínios (antropologia, arqueologia, ciências da comunicação, psicologia, sociologia, filosofia, informática, neurociências, estudos culturais, história, ciência política, etc.).

Há uma década atrás foi lançada a revista *Memory Studies* (Sage), com o objetivo de “encorajar a transição da multidisciplinaridade para a interdisciplinaridade” (Roediger & Wertsch, 2008, p. 9). No entanto, os estudos da memória continuam a ser uma área “emergente”, cujo desenvolvimento não se concretizou (ainda) na sua “institucionalização” (Segesten & Wüstenberg, 2017). De facto, as dificuldades de diálogo entre as diversas disciplinas que se cruzam nesta área persistem, o que se tem traduzido numa vasta profusão lexical, tornando difícil o desenvolvimento de uma abordagem verdadeiramente transdisciplinar (Cabecinhas & Abadia, 2013).

Dada a enorme vastidão e diversidade desta área de estudos, optei por focalizar a atenção nas interconexões entre a memória social e a comunicação intercultural. Após uma breve contextualização, irei visitar um conjunto de estudos sobre representações sociais da história e dinâmicas identitárias realizados, ao longo de mais de uma década, junto de jovens em sete países de língua oficial portuguesa:

Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. Em cada um desses países foram recolhidos dados com vista a examinar as representações sociais da história mundial e da história nacional. Os resultados apontam para um conjunto de tendências sistemáticas que têm sido observadas em estudos semelhantes efetuados em outros contextos culturais (e.g., Liu et al., 2005, 2009), mas também para algumas divergências. O procedimento comparativo permitiu ir além na teorização anterior e dar contributos para uma nova sistematização deste campo. Dado que esta lição resulta de partilha de ideias com as pessoas que comigo trilharam este caminho, irei a partir de aqui usar a segunda pessoa do plural.

1. Estudos da memória em tempos de pós-verdade

De acordo com Saint-Laurent e colaboradores (2017, p. 147), “o passado nunca foi tão relevante para o presente quanto no mundo da pós-verdade de hoje”. Por seu turno, Martins (2017) argumenta:

Em todos os tempos, as comunidades humanas se confrontaram com duas questões fundamentais: com o problema da ordem, na tentativa de dar resposta à exigência de viver em sociedade; e, também, com o problema da história, indagando sobre as possibilidades da ação humana. Neste aspeto, a nossa época não é distinta de todas as outras. E, todavia, estas questões, a da ordem e a da história, colocam-se hoje com particular acuidade (Martins, 2017, p. 11).

De facto, nos dias de hoje é crucial entender como as pessoas se relacionam com a história e compreender os usos públicos (mediáticos) do passado e a sua relação com as dinâmicas identitárias (e.g., Cabecinhas & Abadia, 2013; Macedo, Cabecinhas & Macedo, 2013; Macedo, Martins, Cabecinhas, & Macedo, 2013; Martins & Cabecinhas, 2009; Martins et al., 2010, 2011, 2014).

A recente explosão das redes sociais, a intensificação e diversificação dos fluxos migratórios e a crescente interconectividade e “mistura” no mundo tornam esta área de estudos particularmente desafiante. No entanto, este “novo” mundo em que vivemos não se traduziu na erradicação das “velhas” assimetrias sociais, pelo contrário, a “economia global” digitalizada em que vivemos é acompanhada por uma cada vez maior concentração de recursos (económicos e simbólicos) em cada vez menos pessoas e na maior extremização das desigualdades sociais. Assim, a transformação social e tecnológica tem sido acompanhada pela manutenção, e mesmo agudização, de velhas dicotomias e ‘hiatos’ (digitais e outros), que continuam a moldar as nossas vidas de forma muito poderosa, ainda que por vezes subtil (e.g., Cabecinhas & Cunha, 2017; Macedo et al., 2013).

Nas últimas décadas houve uma proliferação de debates científicos e políticos em torno da “memória pública”, nomeadamente no que diz respeito às “políticas da memória”, às “políticas de identidade” e aos “direitos de memória”. No âmbito das ciências humanas e sociais, desenvolveu-se um léxico diverso, que oferece várias formas alternativas de compreender a memória e a sua interação com a cultura, os *media* e a sociedade: “memória coletiva”, “memória comunicativa”, “memória cultural”, “memória popular”, “memória autobiográfica”, “memória pública”, “memória fragmentada”, “memória multidimensional”, “pós-memória”, etc. (Cf. Assmann, 2008; Hirsch & Smith, 2012; Wertsch, 2002). No que diz respeito às ciências cognitivas e neurociências, a memória tende a estar localizada em um nível individual, privilegiando-se outro tipo de léxico: “memória declarativa”, “memória episódica”, “memória

de curto prazo”, “memória de longo prazo”, “memória semântica”, “memória procedural”, etc. (Cf. Hegarty & Klein, 2017; Hower & Roberts, 2012).

Na nossa perspectiva, a memória é “social”, no sentido de que é um produto e processo social, que não pode ser entendido sem ter em conta as relações de poder, as forças assimétricas e os filtros que operam em determinado contexto cultural, a agência individual e grupal, as experiências e trajetórias pessoais, e as “ferramentas” e “veículos” da memória, tanto em suas formas corporificadas quanto tecnológicas. A memória não é apenas a lembrança objetiva de acontecimentos ou o simples armazenamento de um passado fixo. É um processo seletivo de interpretação e reconstrução permanente, que compreende lembrança e esquecimento (Bartlett, 1923, 1932/1995; Halbwachs, 1925/1994, 1950/1968).

A memória coletiva tem sido uma arena privilegiada de luta simbólica entre grupos devido ao seu potencial de legitimação das agendas atuais e futuras. A memória constitui uma âncora vital para os processos identitários, uma âncora que não é estática e fixa, mas sim maleável e fluida, com fios amaranhados e “nós cegos”.

As histórias que contamos e as histórias que ouvimos definem quem somos e quem são os “outros”. Num mundo em transformação acelerada somos permanentemente confrontados com múltiplas “histórias”, muitas vezes conflitantes. Essas histórias são disseminadas através de produtos culturais (por exemplo, cinema, televisão, publicidade, música, festivais, museus, livros, legislação e monumentos), e compartilhadas nas conversas quotidianas.

Embora o interesse pelas narrativas identitárias e pela memória social tenha crescido consideravelmente ao longo das últimas décadas, estas têm sido estudadas por caminhos muito fragmentados. Nesta lição iremos interligar contributos de diferentes disciplinas, salientando a importância do diálogo interdisciplinar no estudo da memória social. Para além disso, pretendemos contribuir para desafiar o paradigma eurocêntrico e androcêntrico ainda dominante nesta área de estudos, como em tantas outras. Na nossa opinião, os estudos da memória constituem uma área com potencial para o diálogo intercultural, escutando e dando voz a grupos que têm sido silenciados na produção científica considerada *mainstream*.

2. Memória social e assimetria simbólica

Como referimos no ponto anterior, nas últimas décadas registrou-se um crescimento assinalável dos estudos sobre memória social. Esse *boom* tem permitido revisitar com um novo olhar os trabalhos clássicos de Bartlett (1932/1995) e de Halbwachs (1925/1994), contribuindo para o desenvolvimento de novas linhas de investigação interdisciplinares (e.g., Brasil & Cabecinhas, 2017; Carretero, Berger, & Grever, 2017; Hegarty & Klein, 2017; Martins, 2017; Piçarra, Castro, & Cabecinhas, 2016).

Na nossa opinião, como dissemos anteriormente, toda a memória é social, uma vez que nenhum indivíduo “é uma ilha” (Tajfel, 1982, p. 24) e a memória pessoal não existe num “vazio” cultural. A memória não está localizada apenas no cérebro do indivíduo, mas sim corporizada em todo o seu ser. Os “lugares da memória” (Nora, 1989) são extremamente diversos, desde as marcas nos corpos (a marcação dos escravos, cf. Mendes, 1793/2007), os fios de missangas (Couto, 2003), os livros de história, os museus, os filmes e outros conteúdos mediáticos, as paisagens, os algoritmos informáticos, as redes sociais, etc.

A memória é complexa e multifacetada (simultaneamente material e imaterial, viva e virtual, intencional e involuntária) e dinâmica (em constante transformação). É visível nas suas manifestações, sejam a lembrança ou o esquecimento (que por vezes se traduz numa “espiral de silêncio” ou num verdadeiro “apagão”), e invisível nas suas estruturas (por exemplo, os algoritmos informáticos por detrás das “memórias” que nos bombardeiam nas redes sociais).

Erll (2011, p. 7) refere que as lembranças são “pequenas ilhas num mar de esquecimento” pois o “esquecimento é a regra e a lembrança a exceção”. Como é salientado por diversos autores (e.g., Cabecinhas, Lima, & Chaves, 2006; Cunha, 2006), o “esquecimento”, sobretudo quando falamos da esfera pública, não é aleatório nem inócuo, resultando de processos de seleção e filtragem, conscientes ou inconscientes, que reduzem substancialmente o espectro das recordações possíveis.

Assmann (2008) estabeleceu a distinção entre “memória cultural” e “memória comunicativa”. O autor argumenta que a memória cultural é institucionalizada, exteriorizada, objetivada, sendo preservada através de um conjunto de símbolos estáveis (celebrações, objetos, filmes, música, dança, etc.), que podem ser transferidos de um lugar para outro e transmitidos de geração em geração. Por seu turno, de acordo com o autor,

[a] memória comunicativa é não-institucional; não é apoiada por quaisquer instituições de ensino, transmissão e interpretação; não é cultivada por especialistas e não é convocada ou celebrada em ocasiões especiais; não é formalizada e estabilizada por quaisquer formas de simbolização materiais; vive na interação quotidiana e na comunicação e, por isso mesmo, tem apenas uma profundidade e tempo limitado

que normalmente atinge não mais do que 80 anos, o período de tempo de três gerações a interagirem (Assmann, 2008, p. 111).

Nesta acepção, portanto, a memória comunicativa diz respeito a acontecimentos do passado recente, que um indivíduo partilha com os seus contemporâneos, transmitida oralmente, correspondendo a uma “memória viva” que geralmente não vai para além de 80 anos (Assmann, 2008). Para lá desse horizonte temporal já não há memória comunicativa, mas sim memória cultural, sendo o passado convertido em símbolos, representado em mitos de origem (transmitidos de forma oral, escrita ou performativa, em festas e comemorações, em museus, escolas, e nos meios de comunicação social). O autor acrescenta que enquanto a memória cultural é formalizada, a memória comunicativa é informal, sendo transmitida através da comunicação interpessoal quotidiana. Já a memória cultural seria configurada por “operadores especializados” da memória (líderes religiosos, professores, artistas, académicos, etc.). A estrutura de participação da memória cultural teria uma tendência inerente ao elitismo, já que implicaria o domínio de registos linguísticos e “conhecimento diferenciado” (Assmann, 2008).

Embora interessante, a dicotomização entre “memória comunicativa” e “memória cultural” parece-nos limitativa uma vez que não há cultura sem comunicação, nem comunicação sem cultura (Carey, 1988). Comunicação é interação e sem interação não há memória. A memória é (re)construída na comunicação quotidiana e não é o facto do “conteúdo” das recordações ser referente a acontecimentos recentes ou não que a torna de natureza distintiva, mas sim os usos da memória e as suas interligações com as identidades sociais e as relações de poder entre grupos numa dada sociedade.

Rothberg (2009) salientou a necessidade de se ativar uma memória pública “multidirecional”, que articule passados diversos a partir de uma perspetiva “não competitiva”, ou seja, que não considere as diferentes memórias num dado espaço público a partir de uma lógica concorrencial entre grupos. No entanto, é importante ter em conta que a lembrança e esquecimento são forjadas na relação dialética com a ordem social e política vigente. Como salienta Cardina (2016, p. 33), “todos os Estados, nações e comunidades possuem ‘políticas de memória’, ou seja, mecanismos através dos quais se selecionam marcos históricos e se constituem narrativas, instituições e valorações que as dotam de conteúdo e sentido”. Isto é, as “políticas da memória” são indissociáveis das “políticas de silêncio”, através das quais se constroem e ativam versões seletivas do passado. Tais “políticas de silêncio”, como discute Winter (2010), pressupõem um silêncio que é construído socialmente e que se constitui como um “espaço em branco” (Cf. Khan, 2015).

Diante dessas considerações, na nossa acepção, a memória social é simultaneamente um processo e um produto da atividade criativa das pessoas e dos grupos, em permanente (re)construção, influenciando e sendo influenciada pelas trajetórias de vida e vivências do presente. Assim, o conceito de memória social está intimamente relacionado com outros dois conceitos fundamentais: identidades sociais (Tajfel, 1974, 1981) e representações sociais (Moscovici, 1961/2004, 1988). No entanto, a articulação entre estes conceitos não pode ser feita num vazio social e sem ter em consideração as múltiplas e persistentes assimetrias de poder que marcam a vida das pessoas e as suas trajetórias, assim como as interações interpessoais e intergrupais quotidianas (Amâncio, 1994; Lorenzi-Cioldi, 2002). Logo, no nosso entendimento, as dinâmicas da memória social só podem ser compreendidas na sua interligação com os processos identitários, as representações sociais e o contexto social e cultural envolvente, o que passa necessariamente pela triangulação metodológica e a articulação de níveis de análise (Cabecinhas, 2009; Doise, 1982; Martins, 2009).

Diversos autores têm salientado as funções identitárias da memória social: a definição da identidade do grupo de pertença, em comparação com exogrupos considerados relevantes; a construção ou manutenção da distintividade positiva do endogrupo, através da seleção do que é lembrado ou esquecido; a justificação de ações passadas, presentes ou futuras do endogrupo; a legitimação da ordem social vigente ou a mobilização para a ação coletiva com vista à mudança social (e.g., Cabecinhas et al., 2006; Licata & Klein, 2005). Assim, o modo como cada grupo social (re)interpreta o seu passado tem implicações nas suas ações e vivências quotidianas, nas visões do presente e na definição de agendas para o futuro (Liu & Hilton, 2005). Licata e Klein (2005) consideram a memória coletiva “como um conjunto de representações do passado compartilhadas com base em uma identidade comum aos membros de um grupo” (p. 243). Esta definição toma como sinónimas as expressões “memória coletiva” e “representações sociais da história” (Liu & Hilton, 2005).

Nos últimos anos têm sido realizados estudos sobre as representações sociais da história mundial utilizando metodologias semelhantes em diversos países, permitindo análises comparativas (e.g., Liu et al., 2005, 2009; Pennebaker et al., 2006). Um conjunto de tendências sistemáticas têm sido observadas nos estudos realizados sobre as representações sociais da história mundial: a) *centralidade da guerra e do conflito* – tendência para considerar eventos relativos a guerras, terrorismo, conflitos e revoluções entre os mais importantes da história mundial, em detrimento de outros tipos de eventos (por exemplo, os referentes a assuntos socioeconómicos ou ambientais); b) *efeito de recência* – tendência para recordar os acontecimentos mais recentes (com destaque para os que envolvem as últimas três ou

quatro gerações), em detrimento dos mais remotos; c) *sociocentrismo* – tendência para considerar os acontecimentos que ocorreram no seu próprio país, ou que envolveram diretamente o seu país, entre os mais importantes para a história mundial; d) *eurocentrismo*¹ – tendência para considerar como mais importantes os acontecimentos que ocorreram na Europa ou nos Estados Unidos da América (EUA), reproduzindo as atuais relações de poder na ordem mundial (Liu et al., 2005, 2009); e) efeito *nostálgico* – tendência para considerar os eventos mais remotos como mais positivos do que os acontecimentos mais recentes (Cf. Martins, 2006; Páez, Bobowik, De Guissmé, Liu, & Licata, 2016; Taylor, 1991).

Estas “tendências sistemáticas” ou “enviesamentos²” têm sido observados em estudos nos quais os participantes foram solicitados a evocar espontaneamente os acontecimentos e as personalidades mais importantes na história mundial (para uma revisão recente, ver Hilton & Liu, 2017). No entanto, estes estudos demonstraram também um outro tipo de tendência sistemática que não tem sido objeto de atenção: quase todas as personalidades espontaneamente evocadas pelos participantes – em estudos realizados nas Américas, Ásia, Europa e Oceania – são homens, sendo muito escassas as referências a mulheres, apesar de as amostras serem constituídas maioritariamente por mulheres. Como salientámos em trabalho anterior (Cabecinhas, 2018), a escassa teorização sobre o apagamento das mulheres nas representações sociais da história mundial ilustra até que ponto se naturalizou a forte assimetria simbólica (Amâncio, 1997, 2017; Bourdieu, 1998) que continua a relegar as mulheres para a esfera privada em detrimento da esfera pública (Cerqueira, Magalhães, Santos, Cabecinhas, & Nogueira, 2014; Gallagher, 2001; Gallego, 2000; Lobo & Cabecinhas, 2010; Tuchman, 1978).

Os “enviesamentos” atrás referidos foram observados num conjunto de estudos sobre representações sociais da história mundial realizados junto de estudantes universitários em diversos países. Será que o mesmo padrão de resultados pode ser observado no que respeita às representações da história nacional? Com o objetivo de responder a esta questão e de explorar eventuais convergências, realizámos um conjunto de estudos sobre representações sociais da história – mundial e nacional – junto de estudantes em sete países de língua oficial portuguesa. Do ponto de vista empírico, procedemos a uma triangulação metodológica, que passou pela realização de inquéritos por questionário, entrevistas, grupos focais e a análise de discursos nos *media* lusófonos (e.g., Cabecinhas, 2012; Macedo et al.,

¹ Usamos aqui “eurocentrismo” como sinónimo de *Westerncentrism*: uma visão do mundo que coloca os países ocidentais, nomeadamente a Europa e os Estados Unidos da América, como centro do mundo (Liu et al., 2009).

² As abordagens *mainstream* em psicologia tendem a considerar os “enviesamentos cognitivos” como decorrentes da limitada capacidade de processamento da informação ou da falta de acesso a informação alternativa, descurando o papel das assimetrias de estatuto e de poder (Cf. Cabecinhas & Amâncio, 1999; Hegarty & Klein, 2017).

2013). Foram utilizados os mesmos procedimentos de recolha e de tratamento de dados nos vários países, de modo a permitir análises comparativas.

Neste texto iremos focar-nos apenas nos resultados obtidos através de inquérito por questionário, mas pontualmente utilizaremos os dados recolhidos através das demais metodologias para efeitos de contextualização. A recolha de dados por questionário decorreu em sete países: Angola (2008), Brasil (2003 e 2004), Cabo Verde (2007 e 2008), Moçambique (2009), Portugal (2003 e 2009) e Timor-Leste (2004). No total, participaram neste estudo 1106 estudantes universitários, 571 homens e 535 mulheres, com idade média de 23 anos.

Os estudantes foram convidados a participar num estudo internacional sobre história, sendo-lhes explicado que o que interessava era a sua opinião pessoal e não o seu nível de conhecimentos. Na primeira parte do questionário os participantes foram convidados a responder a um conjunto de questões abertas sobre os acontecimentos e personalidades da história da humanidade, seguindo uma adaptação da metodologia desenvolvida por Liu e colaboradores (2005). Na segunda parte do questionário, as mesmas questões eram colocadas em relação à história nacional do respetivo país.

Neste texto iremos discutir, de forma comparativa, os resultados referentes à evocação livre de acontecimentos e personalidades da história da humanidade e da história nacional. Neste estudo foi pedido aos participantes para listarem os cinco acontecimentos e, posteriormente, as cinco personalidades que consideravam mais importantes na história da humanidade dos últimos mil anos. Uma vez efetuada a listagem, os participantes deveriam avaliar o impacto (positivo ou negativo) de cada um dos acontecimentos e de cada uma das personalidades, e posteriormente, indicar as emoções associadas a cada acontecimento e a cada personalidade. A evocação dos acontecimentos, das personalidades e das emoções foi efetuada de forma completamente livre (não foi fornecida qualquer listagem prévia aos participantes para não condicionar as suas respostas). Já o nível de impacto foi medido através de uma escala fechada (1 = muito negativo; 7 = muito positivo). Posteriormente, foi seguido um procedimento idêntico para a evocação dos acontecimentos e das personalidades da história nacional dos respetivos países³.

Os resultados referentes aos acontecimentos e às personalidades mais mencionados em cada um dos países foram apresentados em trabalhos anteriores (Cabecinhas, 2006, 2014, 2015, 2018; Cabecinhas & Évora, 2008; Cabecinhas & Feijó, 2010, 2013; Cabecinhas & Nhaga, 2008; Cabecinhas

³ Os questionários aplicados nos diferentes países tinham a mesma estrutura básica e foram redigidos em língua portuguesa, tendo sido efetuadas pequenas adaptações de conteúdo e de linguagem em função do país em causa.

et al., 2006; Feijó & Cabecinhas, 2009; Mendes, Silva, & Cabecinhas, 2010). Nas secções seguintes iremos visitar, de forma comparativa, os dados relativos à evocação espontânea de acontecimentos e de personalidades referentes à história da humanidade e à história nacional, ilustrando o nosso contributo para o desenvolvimento desta área de estudos. Os resultados obtidos nos sete países vão ser discutidos simultaneamente para facilitar uma análise comparativa, focando a nossa atenção nos acontecimentos que dizem respeito à história que “liga” estes países, isto é, uma história que começa com o período dos “descobrimientos”.

Quando nos debruçamos especificamente sobre os grupos nacionais, é necessário ter em conta que cada grupo é heterogéneo, sendo constituído por uma grande diversidade de indivíduos, com diferentes percursos e experiências de vida e pertencendo a grupos com diferentes posicionamentos na estrutura social. Neste sentido, não pretendemos generalizar os resultados destes estudos à população dos países em questão, mas apenas abordar de forma exploratória o impacto das pertenças sociais nas representações da história. O facto de as amostras serem constituídas exclusivamente por estudantes universitários deveu-se, por um lado, a questões de exequibilidade na aplicação dos questionários em boas condições e, por outro lado, a questões de comparabilidade com os estudos realizados em outros contextos culturais.

3. Os “acontecimentos” da história da humanidade e da história nacional

Os resultados obtidos nos sete países de língua oficial portuguesa corroboraram os principais padrões observados nos estudos realizados sobre as representações sociais da história mundial em outros contextos culturais (e.g., Liu et al., 2005, 2009; Pennebaker et al., 2006), nomeadamente:

a) *centralidade da guerra e do conflito* – A Segunda Guerra Mundial e a Primeira Guerra Mundial foram os acontecimentos mais frequentemente nomeados, tendo sido dado ainda grande destaque a conflitos armados mais recentes (por exemplo, Guerra do Iraque) e a atentados terroristas (por exemplo, o 11 de setembro de 2001). Verificou-se também grande destaque para eventos relativos à colonização e às independências, conforme discutiremos adiante.

b) *efeito de recência* – globalmente, os participantes nomearam acontecimentos mais recentes (com destaque para os acontecimentos ocorridos nos últimos cem anos), em detrimento dos mais remotos. Na grande maioria dos casos, os acontecimentos evocados estiveram ligados à agenda mediática do momento de recolha de dados, que serviu de “âncora” para pensar a história. Comparando com as demais amostras, o efeito de recência foi menos intenso na amostra portuguesa em virtude do destaque dado à época dos “descobrimientos”, percebida como a “idade de ouro” da nação. Além disso, o facto da história de África e da América Latina antes da presença europeia terem sido durante muito tempo apagadas dos manuais escolares usados nos países africanos e latino-americanos e, apenas mais tarde, terem começado a ser recuperadas pelas historiografias destes países, pode também ter contribuído para o acentuar do efeito de recência nas amostras dos países africanos e do Brasil.

c) *eurocentrismo* ou *ocidentalismo* – os acontecimentos relacionados com a Europa e América do Norte (em especial, os EUA) e os acontecimentos “globais” aos quais é atribuído um papel central às nações ocidentais foram destacados nos dados recolhidos nos diferentes países, embora de forma mais proeminente nos dados recolhidos no Brasil e em Portugal, sendo que neste último caso, por ser um país europeu, os dois efeitos – *eurocentrismo* e *sociocentrismo* – reforçaram-se mutuamente. O padrão de resultados obtido em Portugal é prototípico de uma perspetiva eurocêntrica, reproduzindo em grande parte a versão da história mundial que é disseminada nos *media* ditos “globais”, nos quais os acontecimentos-chave são apresentados de uma perspetiva ocidental. No entanto, dois dos acontecimentos incluídos no *top 10* diferenciam os dados portugueses face aos obtidos em outros países europeus (Cf. Cabecinhas, 2006; Liu et al., 2005, 2009): os “descobrimientos portugueses” (26%) e o

“25 de Abril de 1974” (25%). Assim, os participantes portugueses, embora em grande parte tenham reproduzido uma história universal tal como ela é contada na Europa, destacaram o papel do seu próprio país como ator da história universal.

d) *sociocentrismo* – em todos os países se verificou a tendência para considerar os acontecimentos que ocorreram no seu próprio país (ou que o envolveram diretamente) entre os mais importantes para a história mundial. Verificamos, portanto, que se é inegável a existência de representações hegemónicas sobre a história universal, também é notória a influência do posicionamento dos grupos nacionais nessa história. Assim, nestes estudos, verificámos que cada grupo nacional atribuiu grande relevância à sua própria história no contexto da história universal, embora isso se verifique de forma mais notória no caso dos participantes portugueses quando comparados com os participantes dos demais países de língua oficial portuguesa.

Dessa forma, os participantes destacaram como importantes para a história mundial acontecimentos nacionais, colocando assim o seu país no “mapa mundo”, como é o caso, por exemplo, dos participantes timorenses, que destacaram o “massacre de Santa Cruz”, a “independência de Timor Leste” e a “invasão indonésia” do território entre os dez acontecimentos mais importantes da história mundial. Já no caso da amostra moçambicana, o padrão de resultados observado está ligado a uma agenda mais pan-africana do que nacionalista, com os participantes privilegiando a nomeação de acontecimentos relacionados com o “destino comum” dos povos africanos e a sua luta pela libertação do jugo colonial e conquista da independência.

e) efeito *nostálgico* – a tendência para recordar os eventos mais remotos como mais positivos do que os acontecimentos mais recentes foi observada com particular intensidade nos dados recolhidos em Portugal, dada a proeminência da época dos “descobrimentos”, que continua a ser evocada como a “idade de ouro” da nação, sendo avaliada consensualmente de forma bastante positiva pelos participantes portugueses, verificando-se uma dissociação (“esquecimento ativo”) dos efeitos da violência colonial.

Além destas tendências sistemáticas observadas nos resultados, houve grande ênfase em conteúdos relativos aos processos de colonização e independência destes países, com destaque, ainda, para elementos referentes aos direitos humanos. Os participantes brasileiros destacaram a “abolição da escravatura” esteve entre os acontecimentos mais importantes na história universal (11,4% dos participantes). De salientar que as referências a questões relacionadas com os direitos humanos e com a promoção da igualdade (“fim do *Apartheid*”, “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, etc.) foram

referidas com maior frequência pelos participantes africanos e brasileiros do que pelos participantes portugueses, por exemplo. Já os participantes moçambicanos destacaram a “independência de África” como um dos acontecimentos mais positivos da história da humanidade (28%), associando-a a emoções positivas (orgulho, alegria, felicidade). O facto de os participantes moçambicanos terem evocado as independências africanas e não especificamente a independência de Moçambique (referida por 3% dos participantes) aponta para uma agenda pan-africana, como referimos há pouco, que destaca a luta comum dos povos africanos contra o imperialismo europeu. O “colonialismo” (19%) foi percebido como negativo pelos participantes moçambicanos assim como a “Conferência de Berlim 1884/5” (12%), durante a qual os países europeus dividiram África entre si, definindo fronteiras arbitrárias de acordo com os seus próprios interesses estratégicos.

No seu conjunto, o *cluster* de acontecimentos ligados à promoção dos direitos humanos e igualdade de oportunidades estiveram mais ausentes das respostas dos participantes portugueses assim como as referências ao colonialismo, à escravatura e ao racismo, indo ao encontro do padrão de resultados obtidos em outros países europeus (Cf. Liu et al., 2005, 2009). Por seu turno, nos dados recolhidos nos países africanos de língua oficial portuguesa destacaram-se as referências à luta de libertação e aos efeitos opressivos do colonialismo (Cf. Cabecinhas & Évora, 2008; Cabecinhas & Feijó, 2010; Cabecinhas & Nhaga, 2008; Mendes et al., 2010).

Assim, por exemplo, os acontecimentos que levaram ao fim do colonialismo e à independência dos países africanos, foram percebidos como muito positivos pelos participantes africanos, mas tenderam a ser ignorados pelos participantes europeus. Os acontecimentos relacionados com a promoção dos direitos humanos e igualdade de oportunidades foram percebidos como muito positivos tanto por europeus como por africanos, mas a percentagem de nomeação espontânea destes acontecimentos foi menor nos países europeus do que nos africanos. Assim, globalmente, os dados recolhidos em Portugal replicaram os de Liu e colaboradores (2005, 2009), segundo os quais a história mundial é percebida como sendo moldada pelos países ocidentais, dando destaque às conquistas (territoriais, tecnológicas, etc.). No entanto, os dados recolhidos nos demais países de língua oficial portuguesa, deram maior visibilidade à luta contra o colonialismo, racismo e outras formas de opressão, o que indica que claramente estes não querem ser “apagados” da história universal (Cf. Ngomane, 2012).

A análise destes resultados permite observar como a memória dos acontecimentos está sempre impregnada de emoções que conferem a cada evento uma conotação particular. Ao compararmos as

emoções associadas pelos participantes às suas memórias da história da humanidade, observam-se semelhanças na conotação emocional de alguns acontecimentos. As guerras foram sentidas com tristeza, revolta, vergonha e frustração. Os atentados terroristas (entre os quais se destaca o 11 de Setembro de 2001) originaram revolta, frustração, perplexidade e medo⁴. As divergências mais consideráveis na conotação emocional dos acontecimentos da história universal registaram-se precisamente nos acontecimentos relativos aos descobrimentos, colonização e descolonização. Por exemplo, os “descobrimientos” suscitaram nos participantes portugueses emoções positivas (orgulho, alegria, felicidade e fascínio) enquanto que nos participantes brasileiros suscitaram sentimentos ambivalentes (decepção, revolta, alegria, admiração).

Estes resultados confirmam outros encontrados na literatura (Liu & Hilton, 2005), demonstrando que a tonalidade emocional de um acontecimento depende das pertenças sociais, políticas, geográficas e económicas dos grupos envolvidos. Depende ainda, da forma como cada grupo de pertença conceptualiza o papel que desempenhou no acontecimento em causa (*agente* vs. *vítima*, por exemplo) (Cabecinhas et al., 2006).

No que respeita às representações da história nacional, observou-se igualmente um conjunto de convergências no padrão de resultados obtido nos sete países. Os acontecimentos que assinalam a independência nacional assumiram importância preponderante em todos os países. A independência nacional foi o acontecimento mais mencionado pelos participantes angolanos (“independência de Angola”, 85,7%), cabo-verdianos (“independência de Cabo Verde”, 83,5%) e moçambicanos (“independência Nacional”, 81,7%), sendo considerado um dos acontecimentos mais positivos na história da nação, ao qual foram associadas emoções consensualmente positivas, entre as quais se destacam o orgulho e a alegria. Por seu turno, a “declaração da independência da Guiné” foi o terceiro acontecimento mais mencionado por participantes guineenses (44,3%), sendo a “guerra Civil” o acontecimento mais mencionado (86,2%).

Os participantes brasileiros destacaram sobretudo a “ditadura militar” (72,4%), a “abolição da escravatura” (45,7%) e a “independência do Brasil” (41%). O “descobrimento do Brasil” (27,6%) e as revoltas contra a colonização portuguesa durante os séculos XVIII e XIX obtiveram ainda algum destaque (por exemplo, a inconfidência mineira). Os participantes portugueses referiram a “fundação” do estado

⁴ As emoções suscitadas por cada um dos acontecimentos referidos com maior destaque por cada um dos grupos nacionais ao nível da história universal e da história nacional são apresentadas com maior detalhe em outros trabalhos (e.g., Cabecinhas et al., 2006; Cabecinhas & Feijó, 2010).

português (20,3%) e a “restauração” da independência (11%), sendo ambos os acontecimentos considerados muito positivos pelos participantes e associados a emoções positivas.

Por seu turno, os participantes timorenses referiram a [restauração da] independência de Timor-Leste⁵, ocorrida no dia 20 de Maio de 2002 (45,8%), e os acontecimentos que a precederam: o referendo de 1999 (43,8%) e o Prémio Nobel da Paz em 1996 (14,6%), atribuído a Ximenes Belo e a Ramos Horta. A invasão de Timor-Leste pela Indonésia em 1975 (31,3%) e os diversos massacres que ocorreram no território durante a ocupação indonésia foram os acontecimentos considerados mais negativos na história do país. O massacre de Santa Cruz (12 de Novembro de 1991)⁶ foi o acontecimento mais referido pelos inquiridos (78,1%). Embora se trata de um dos acontecimentos mais dramáticos da história de Timor-Leste, alguns inquiridos atribuíram-lhe um impacto positivo, precisamente por ser considerado o acontecimento que despertou a consciência internacional e despoletou uma série de campanhas a favor da auto-determinação do povo timorense, o que veio a permitir a realização do referendo que conduziu à Independência de Timor-Leste.

Assim, os inquiridos nos sete países pensaram a história nacional em função de momentos-chave que assinalam a formação das fronteiras da nação e a sua independência. Os acontecimentos que assinalam o “antes” e o “depois” do sistema político vigente em cada um dos contextos foram também destacados pelos participantes dos vários países (Cf. Cunha, 2006).

Um dos aspetos em que os dados divergem nestes países diz respeito aos acontecimentos relacionados com os descobrimentos, o colonialismo e as lutas de libertação. Os participantes portugueses colocaram os “descobrimientos” como o 2º evento mais importante da história nacional (79,7%), só superado em termos de nomeações espontâneas pelo “25 de Abril de 1974” (80,5%). Sendo um acontecimento bastante remoto, a elevada saliência cognitiva dos “descobrimientos” deve-se ao facto de este ser constantemente reatualizado nos manuais escolares e nos *media*, onde é apresentado como o momento mais “glorioso” da história nacional (Cf. Miranda, 2002). A maior parte dos participantes portugueses referiu genericamente os “descobrimientos” ou “descobrimientos portugueses”. Outros mencionaram especificamente a descoberta do caminho marítimo para a Índia ou a descoberta do Brasil.

⁵ A maior parte dos participantes timorenses referiu simplesmente a data do acontecimento “20 de Maio de 2002”, outros referiram a “Independência de Timor 2002” e outros a “Restauração da Independência 2002”. A proclamação da independência de Timor-Leste ocorreu a 28 de Novembro de 1975 pela FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), no entanto, escassos dias depois o território foi ocupado pelas forças indonésias. A independência só viria a ser restaurada a 20 de Maio de 2002.

⁶ As filmagens do massacre, no qual cerca de 300 timorenses perderam a vida, percorreram o mundo, dando origem à maior campanha de denúncia do genocídio contra o povo de Timor-Leste. Para uma análise do agendamento mediático da causa timorense ver, por exemplo, Marques (2005).

Em qualquer dos casos os “descobrimientos” foram considerados pelos participantes portugueses de forma consensualmente positiva e suscitaram emoções muito positivas (orgulho, alegria, felicidade e fascínio).

O “descobrimento do Brasil” foi o 7º evento mais nomeado pelos participantes brasileiros (27,6%) no contexto da história nacional. Os participantes brasileiros referiram ainda a “vinda da família real” portuguesa para o Brasil (8,6%), a “chegada dos portugueses” (7,6%) e a “colonização portuguesa” (5,7%). Os participantes brasileiros reportaram emoções ambivalentes face à presença portuguesa: a “vinda da família real” portuguesa para o Brasil foi associada a emoções positivas enquanto que a “colonização portuguesa” foi associada a emoções negativas. O “descobrimento do Brasil” suscitou sentimentos ambivalentes da parte dos participantes brasileiros, que indicaram uma mistura de emoções positivas e negativas (decepção, revolta, alegria, admiração).

Quando confrontamos este padrão de resultados com o obtido em relação à história mundial, constatamos que, enquanto para os participantes portugueses os descobrimientos suscitaram emoções fortemente positivas independentemente do enquadramento da evocação deste acontecimento (história mundial ou história nacional), os participantes brasileiros expressaram emoções mais negativas quando evocaram os descobrimientos no contexto da história nacional do que no contexto da história mundial. Este padrão de resultados poderá dever-se ao facto de a evocação da história do Brasil poder conduzir a uma maior ativação das “críticas recentes” (Vale de Almeida, 2004) do colonialismo português do que a evocação da história mundial.

No que respeita à comparação Brasil – Portugal, de uma maneira geral os nossos resultados estão em consonância com os obtidos em estudos realizados por outros investigadores, recorrendo a diferentes metodologias (e.g., Sá, Oliveira, & Prado, 2004; Vala & Saint-Maurice, 2004), nos quais se verificou que os descobrimientos suscitam emoções consensualmente positivas nos portugueses. No entanto, verificaram-se também algumas divergências. Os nossos resultados evidenciaram uma “idealização dos descobrimientos”, dos quais são dissociados os efeitos nefastos da colonização. Quando evocaram espontaneamente a “colonização” os participantes portugueses associaram a esta emoções maioritariamente de tonalidade negativa enquanto que quando evocaram os “descobrimientos” associaram orgulho, admiração, felicidade e fascínio.

A “colonização de Angola” foi mencionada por 7,14% dos participantes angolanos e a “chegada dos portugueses” (em 1482) foi mencionada por 6,04%. Em ambos os casos, os participantes angolanos reportaram emoções ambivalentes: os que referiram a “colonização portuguesa” ou a “ocupação

portuguesa” reportaram sobretudo emoções negativas enquanto que os que referiram a “chegada dos portugueses” mencionaram sobretudo emoções positivas. Por seu turno, os participantes cabo-verdianos destacaram o “descobrimento de Cabo Verde” (46,3%), a “descolonização” (14,9%), o “povoamento de Cabo Verde” (11,6%) e a “colonização de Cabo Verde” (9,9%), sendo esta avaliada negativamente por contraste com a “descoberta” e o “povoamento”. A “colonização” foi mencionada por 28,3% dos participantes moçambicanos e por 4 % dos participantes guineenses, sendo avaliada negativamente (em ambos os contextos as referências à “chegada” dos portugueses foram residuais).

Assim, globalmente, os resultados obtidos nos países africanos de língua oficial portuguesa apontam para uma avaliação negativa da “colonização” e uma avaliação mais positiva da “chegada” dos portugueses ou “descoberta” (conforme as designações adotadas pelos participantes), especialmente em Cabo Verde (Cf. Cabecinhas & Évora, 2008; Cabecinhas e Feijó, 2010; Cabecinhas & Nhaga, 2008; Mendes et al., 2010).

Especificamente no que se refere à escravatura, “um tema incontornável na história de África [e de países latino-americanos como o Brasil]”, devido à sua “duração, amplitude e efeitos nefastos” (Mendes et al., 2010, p. 212), observamos os seguintes resultados. A “abolição da escravatura” foi o segundo acontecimento mais mencionado pelos participantes brasileiros (45,7%) no contexto da história do Brasil. A “escravatura” foi referida por 7,4% dos participantes cabo-verdianos, sendo considerada como o acontecimento mais negativo na história do país. No contexto da história da Guiné-Bissau, a “venda de escravos” foi referida por apenas um participante e não se verificaram quaisquer outras referências à problemática da escravatura. No entanto, é de salientar que tal problemática esteve extremamente saliente nas respostas desses mesmos participantes às questões que foram colocadas sobre a história da humanidade, tendo a maioria dos participantes guineenses destacado a “escravatura”, o “tráfico negreiro” e a “abolição da escravatura”. Também em Cabo Verde a “abolição da escravatura” foi evocada sobretudo no contexto da história da humanidade (18,2%, quinto acontecimento mais evocado da história) do que no contexto da história nacional (Cabecinhas & Évora, 2008; Cabecinhas & Nhaga, 2008).

Os participantes moçambicanos mencionaram o “tráfico de escravos” (11%) como o acontecimento mais negativo da história de Moçambique. Verificaram-se ainda algumas referências a fenómenos de trabalho forçado (*chibalo*). A introdução em Moçambique do Estatuto do Indigenato e de um regime de trabalho obrigatório foram sobretudo evocados em contexto de discussão de grupo (Cf. Feijó & Cabecinhas, 2009). A “abolição da escravatura” foi o sétimo acontecimento mais mencionado

pelos participantes angolanos (17,03%) e o “tráfico de escravos” foi o nono acontecimento mais evocado (10,44%). Em contrapartida, como mencionámos anteriormente, grande parte dos participantes portugueses referiu os “descobrimientos portugueses” como um dos grandes acontecimentos da história da humanidade, sendo residuais as referências espontâneas à abolição da escravatura no contexto da história mundial e inexistentes no contexto da história nacional.

Os acontecimentos relativos ao colonialismo e ao processo de descolonização assumiram também um papel importante nas evocações dos participantes destes países. Os participantes portugueses destacaram sobretudo os “descobrimientos” (79,7%), cujo impacto na história nacional foi considerado consensualmente positivo. Contrariamente aos “descobrimientos”, o “colonialismo” (16,1%) foi avaliado negativamente e suscitou emoções negativas. A “guerra colonial” (10,2%) foi considerada o acontecimento mais negativo da história nacional, suscitando emoções muito negativas, sobretudo revolta e frustração. Por seu turno, a “descolonização” (16,1%) configurou-se como o acontecimento mais polémico, uma vez que as opiniões sobre a sua valência cobriram todo o espectro da escala, desde as mais positivas às mais negativas, o que deu origem a uma média de valência que, embora negativa, pouco se distancia do ponto neutro da escala.

As memórias da violência colonial foram especialmente salientes junto dos participantes angolanos, que destacaram sobretudo a escravatura, o tráfico de escravos e os massacres. A luta armada para a libertação nacional e a conquista da independência foram os acontecimentos mais destacados, para além do fim da guerra civil, com a assinatura dos acordos de paz em 2002 (Mendes et al., 2010). A luta armada pela libertação nacional foi o terceiro acontecimento mais mencionado pelos participantes angolanos (60,44%). À semelhança do que ocorreu na Guiné-Bissau (Cabecinhas & Nhaga, 2008) e em Moçambique (Cabecinhas & Feijó, 2010), os jovens angolanos consideraram a luta armada pela libertação nacional um acontecimento positivo. As emoções reportadas em relação a este acontecimento foram ambivalentes, embora predominassem as emoções positivas: “orgulho” e “alegria”, porque resultou na independência nacional, mas também “revolta” e “tristeza”, porque implicou a perda de muitas vidas. O quarto acontecimento mais evocado pelos jovens angolanos foi o massacre da Baixa de Kassanje (42,86%), ocorrido no início dos anos sessenta na sequência da sublevação dos camponeses daquela região que trabalhavam na produção de algodão e que eram vítimas de exploração colonial (CDIH, 2008). A maior parte dos jovens consideraram este acontecimento como negativo, mas alguns consideraram-no como positivo. As emoções reportadas em relação a este acontecimento foram mistas, variando entre “revolta”, “tristeza” e “alegria”. A tonalidade emocional deste acontecimento depende da

“âncora” mental usada pelos participantes: como episódio que exemplifica a violência colonial exercida contra os angolanos ou como episódio que assinala a resistência contra o colonialismo, associado a outros relacionados com o início da luta armada em 1961 (Mendes et al., 2010). Alguns participantes angolanos mencionaram, ainda, outros acontecimentos com conotação muito negativa ligados à ocupação do território angolano: as guerras do *kwata-kwata*, no século XVI (4,40%), que ocorreram entre reinos angolanos com o intuito de capturar escravos para alimentar o negócio escravista (Zau, 2009); o regime de trabalho forçado ou “contrato” (1,1%), que substituiu o regime de escravatura (Zau, 2009).

Os participantes guineenses destacaram o Massacre de Pindjiguiti, ocorrido a 3 Agosto 1959, como um dos acontecimentos mais importantes da história nacional (30,5%, quinto acontecimento mais mencionado), sendo avaliado de forma negativa. Nesse dia um grupo de marinheiros e trabalhadores do porto de Pindjiguiti decidiu fazer greve, exigindo melhores condições de trabalho e salariais. Os colonos portugueses responderam com armas de fogo, matando dezenas de trabalhadores que não tinham as mesmas armas para ripostar. Documentos escritos por Amílcar Cabral, enquanto Secretário-Geral do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), referem este acontecimento como um dos determinantes para a decisão de avançar com a luta armada contra o colonialismo⁷.

Os massacres ocorridos durante o período colonial em Moçambique foram também recordados pelos participantes moçambicanos, embora não se encontrem entre os dez principais acontecimentos evocados. Por exemplo, o Massacre da Mueda foi evocado por 8,3% dos participantes moçambicanos (para discussões sobre a forma como este massacre foi retratado no cinema moçambicano, ver, por exemplo, Pereira & Cabecinhas, 2016; Schefer, 2016). Não se registaram referências espontâneas ao massacre de Wiriamu (ver, por exemplo, Rosas, 2017).

Os participantes timorenses fizeram referência à “colonização portuguesa” (11,5%) como um dos acontecimentos mais importantes na história nacional. Alguns participantes referiram especificamente a “evangelização de Timor” e a “chegada dos missionários portugueses” (5,2%). Os timorenses avaliaram a “colonização portuguesa” de forma negativa, no entanto, avaliaram de forma muito positiva a “chegada

⁷ “Depois do massacre do Cais de Pijiguiti (Bissau, 3 de Agosto de 1959), no qual militares e civis portugueses mataram a tiro dezenas de trabalhadores guineenses em greve, uma onda de repressão e de terror, planeada e comandada pela PIDE, veio tornar ainda mais dura a vida e a luta do povo da Guiné” (Cabral, 1960). Neste documento Amílcar Cabral refere ainda acreditar na possibilidade de uma saída pacífica, mas salienta a urgência de uma série de medidas que o governo português deveria efectuar para evitar a guerra, o que não veio a acontecer. Uns anos mais tarde, aos microfones da emissora *A Voz da Liberdade*, Cabral dirige-se aos soldados e ao povo português, reafirmando a vontade de paz e a necessidade da guerra para alcançar a liberdade: “Nós somos contra a guerra (...). Nós queremos a paz, nós não amamos a guerra, mas é precisa a guerra, para liquidar a dominação colonial estrangeira na nossa terra. Fâ-lo-emos!” (Cabral, 1966, p. 8).

dos missionários portugueses” e a “evangelização portuguesa”. Assim, constata-se de forma clara uma ambivalência em relação à presença portuguesa no território dependendo da “âncora” que é ativada no contexto particular: a “evangelização” é avaliada positivamente enquanto que a “sobreeexploração dos recursos naturais” é avaliada negativamente (Cabecinhas, 2006).

O “25 de Abril de 1974” foi o acontecimento mais referido pelos participantes portugueses (80,5%), sendo considerado um acontecimento muito positivo, assinalando o fim de uma longa ditadura e a conquista da liberdade. A “Revolução dos Cravos” foi referida por 6,3% dos timorenses, sobretudo por parte de estudantes mais velhos, frequentando o curso de formação de professores⁸. Enquanto os participantes portugueses reportaram emoções consensualmente positivas face ao 25 de Abril, os participantes timorenses reportaram emoções ambivalentes. Verificou-se também alguma ambivalência na evocação da “Guerra de Manufahi” (referida por 5,2% dos timorenses), que constitui a mais célebre revolta de timorenses contra a ocupação portuguesa, tendo sido reprimida com “um banho de sangue em 1912” (Mattoso, 2005, p. 32).

Em síntese, de um modo geral, verificou-se uma focalização no passado muito recente da história nacional destes países, com a exceção dos “descobrimientos” que obtiveram grande notoriedade, sobretudo junto dos participantes portugueses. Os temas predominantes foram de natureza bélica e política - guerras, revoluções, violência, lutas contra o colonialismo e a conquista da independência das nações. Os participantes dos sete países deram enorme destaque aos momentos que assinalam a formação da nação e as lutas pela independência. Os portugueses referiram a fundação da nação e a restauração da independência face a Espanha. Os brasileiros focalizaram-se na independência do Brasil e nas lutas contra o colonialismo português. Os acontecimentos ligados à conquista da independência foram particularmente relevantes para os participantes angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e timorenses.

Os acontecimentos que marcaram a história que “liga” os países de língua oficial portuguesa suscitaram emoções diferenciadas em função do papel desempenhado durante o período colonial, verificando-se uma grande divergência na forma como os acontecimentos ligados à colonização foram evocados pelos estudantes portugueses e pelos estudantes nos países que foram colónias portuguesas. De salientar igualmente que dentro de cada nação também se observaram algumas clivagens, nomeadamente clivagens geracionais, com particular evidência em Timor-Leste.

⁸ Enquanto a maior dos participantes portugueses evocaram o acontecimento referindo a data “25 de Abril de 1974” ou simplesmente “25 de Abril”, os participantes timorenses evocaram a “Revolução dos Cravos”.

4. As “personalidades” da história da humanidade e da história nacional

No que respeita à evocação espontânea das personalidades mais importantes na história da humanidade nos últimos mil anos, verificaram-se algumas divergências entre as figuras escolhidas em função do país de recolha de dados, mas globalmente o padrão de resultados foi bastante convergente, tendo sido replicadas algumas das tendências observadas em relação aos acontecimentos, nomeadamente o efeito de recência, com destaque para as personalidades dos últimos cem anos (séculos XX e XXI). Globalmente, o efeito de recência foi mais acentuado no que respeita às personalidades do que aos acontecimentos, tal como verificado em outros estudos (Brasil & Cabecinhas, 2017; Hanke et al., 2015; Liu et al., 2005).

De forma geral, os participantes evocaram sobretudo pessoas singulares, tendo sido raras (0,3% do total das respostas) as referências a “grupos” de pessoas (por exemplo, “Nazis”, “militares”, “guerrilheiros”, etc.). Tais dados apontam para um efeito de *personalização*, no qual a história é percebida como produto da agência individual⁹ (Cabecinhas, 2018). No que respeita aos domínios de realização das personalidades evocadas, verificou-se um predomínio de governantes, políticos, líderes militares e líderes religiosos, em detrimento de outras áreas de atividade, evidenciando assim um padrão de dados semelhante ao de estudos anteriores realizados em países ocidentais e países asiáticos (Liu et al., 2005, 2009). No caso dos resultados portugueses, os navegadores (Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral) e os futebolistas (Eusébio, Figo) obtiveram maior destaque do que o observado em outros países europeus e noutras regiões do mundo (Liu et al., 2005, 2009).

Como salientámos em trabalhos anteriores (e.g., Cabecinhas, 2006, 2018), as personalidades evocadas espontaneamente pelos participantes como as mais importantes na história da humanidade são sobretudo homens, brancos, cristãos, oriundos de países ocidentais. Globalmente, os dados espelham o apagamento das mulheres nas representações da história da humanidade: num total de 3398 respostas, apenas 4,7% correspondem a personalidades femininas. Considerando o total da amostra, constituída por estudantes universitários (N = 1106), as mulheres ficaram ausentes do *Top 10* das personalidades mundiais¹⁰. Este padrão de resultados, fortemente androcêntrico, foi verificado nos

⁹ Neste caso, a forma como foi solicitada a tarefa aos participantes poderá também ter contribuído para esse efeito de personalização, questão a esclarecer em futura investigação.

¹⁰ Madre Teresa de Calcutá surge entre as dez personalidades mais referidas pelos participantes portugueses nos dados recolhidos em 2003, mas considerando a amostra global não figura no *Top 10*.

sete países¹¹. De salientar ainda que este padrão de resultados foi transversal a homens e a mulheres (Cabecinhas, 2018).

Para além da forte assimetria numérica, que se traduz numa invisibilização do papel das mulheres na história, é importante referir o tipo de papéis a que as mulheres evocadas estão associadas. Globalmente a mulher mais mencionada foi a Madre Teresa de Calcutá, referida por 9% dos participantes (foi referida sobretudo pelos participantes portugueses e brasileiros, mas também obteve algum destaque junto dos participantes cabo-verdianos, moçambicanos e timorenses). De referir que Madre Teresa de Calcutá foi também a mulher mais mencionada nos estudos realizados anteriormente em outros países (Liu et al., 2005). A segunda mulher mais evocada foi Diana de Gales¹² (designada pelos participantes como *Princesa Diana* ou *Lady D*), referida por 5% dos participantes. Outras personalidades femininas obtiveram percentagens residuais de evocação, inferiores a 1%, entre as quais se destacaram Joana d'Arc, Margaret Thacher e Marie Curie. Assim, a referência a mulheres que se destacaram na liderança política é residual, sendo Marie Curie a única mulher cientista mencionada. As poucas mulheres evocadas espontaneamente pelos participantes são sobretudo figuras públicas envolvidas em causas humanitárias, ações de caridade, papéis de cuidado e outras funções de expressividade, ou seja, exercendo papéis consonantes com os estereótipos tradicionais de género.

Globalmente, este padrão de resultados aponta para os limites de considerar apenas a pertença grupal dos participantes, já que tanto os homens como as mulheres projetaram nas suas respostas a internalização de uma ordem social dominante, hegemónica e androcêntrica, evidenciando claramente a dominação simbólica masculina (Amâncio, 1997, 2017; Bourdieu, 1998; Faniko, Ellmers, Derks, & Lorenzi-Cioldi, 2017).

No que respeita às personalidades evocadas pelos participantes no âmbito da história nacional dos respetivos países, o padrão de resultados obtido apresenta algumas convergências relativamente às representações da história mundial. A convergência mais notória é a forte assimetria de género: as personalidades espontaneamente mencionadas como importantes na história nacional são maioritariamente masculinas (90,2%). Este padrão de resultados, que incorpora uma matriz

¹¹ De referir que não se verificou uma diferença significativa na percentagem de evocação espontânea de personalidades femininas em função do ano em que foram recolhidos os dados em Portugal (2003 e 2009), pelo que estes foram agrupados. Resultados preliminares de um questionário aplicado em 2016 e 2017, em uma dezena de países europeus no âmbito da rede COST IS 1205, no qual os participantes foram chamados a evocar espontaneamente as personalidades com maior impacto na história europeia e na história nacional, apontam no mesmo sentido.

¹² Diana de Gales foi também a segunda mulher mais referida na maior parte dos países em que foi usada uma metodologia semelhante (Liu et al., 2005).

androcêntrica foi observado nos sete países, sendo particularmente acentuado no caso de Timor-Leste, com apenas 2,7% de evocação de personalidades femininas (Cf. Cabecinhas, 2006, 2018; Cabecinhas & Évora, 2008; Cabecinhas & Nhaga, 2008; Cabecinhas et al., 2006; Feijó & Cabecinhas, 2009; Mendes et al., 2010).

No caso de Timor-Leste nenhuma mulher foi colocada no *Top 10* das personalidades da história nacional e apenas três personalidades femininas foram espontaneamente evocadas pelos participantes: Rosa Muki Bonaparte (7,3%), fundadora da Organização Popular das Mulheres Timorenses (OPMT), e que viria a ser assassinada pelas tropas indonésias em dezembro de 1975; Olindina Maria Caeiro (3,2%) e Ana Pessoa (2,1%), que se destacaram na resistência timorense à ocupação indonésia.

Em Cabo Verde apenas uma mulher foi colocada entre as dez mais importantes personalidades nacionais: a “deusa da morna” Cesária Évora (1941-2011), nomeada por 47,1% dos participantes. Foram ainda evocadas Adélia Pires, esposa do então Presidente da República, e Nácia Gomi, intérprete de música tradicional cabo-verdiana, ambas mencionadas por 4,1% dos participantes.

Um padrão de resultados idêntico foi observado em Portugal: apenas uma mulher, também ela ligada ao mundo artístico, surgiu no *Top 10* das personalidades nacionais: a fadista Amália Rodrigues (1920-1999). As referências a outras personalidades femininas foram residuais: Manuela Ferreira Leite (economista e líder política, que foi Ministra da Educação e Ministra de Estado e das Finanças) e Rosa Mota (campeã olímpica) foram as personalidades femininas vivas mais evocadas, obtendo ambas 1,7% das evocações, tantas quanto a mítica Padeira de Aljubarrota¹³. De notar que, num quadro em que dominam as referências a políticos e governantes (homens), não houve qualquer menção a Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004), que foi Primeira Ministra de Portugal.

Nos dados recolhidos no Brasil, duas personalidades nacionais femininas foram destacadas: a Princesa Isabel (1846-1921), associada à abolição da escravatura no Brasil (13 de Maio de 1888), e a Irmã Dulce (1914-1992), religiosa baiana que se destacou na luta contra a pobreza. Para além da Irmã Dulce e a Princesa Isabel (ambas com 11,4%), os participantes brasileiros destacaram ainda Maria Quitéria (1792-1853), “mulher-soldado” baiana associada à conquista da independência do Brasil e Xuxa¹⁴, atriz, cantora e apresentadora de televisão.

Na Guiné-Bissau destacou-se a referência a Titina Silá (1943-1973, mencionada por 29% dos participantes), mártir da luta de libertação, sendo o dia da sua morte (30 de janeiro) comemorado como

¹³ Brites de Almeida, que segundo a lenda terá contribuído para a vitória dos portugueses na Batalha de Aljubarrota, ao matar sete espanhóis escondidos no seu forno com a pá.

¹⁴ Maria da Graça Meneghel, de nacionalidade brasileira e italiana, nascida em 1963.

o Dia Nacional da Mulher Guineense.

No caso de Angola, duas personalidades femininas foram destacadas: a Rainha Njinga Mbandi (referida por 40% dos participantes) e Deolinda Rodrigues (13%). Njinga Mbandi comandou exércitos para expulsar as tropas portuguesas no século XVII, tendo sido recentemente revitalizada na esfera pública angolana como símbolo da resistência contra o colonialismo português. Deolinda Rodrigues (1939-1968) foi combatente na luta de libertação nacional, tendo sido assassinada em 1968.

Nos dados recolhidos em Moçambique destacaram-se três mulheres no *Top 10* das personalidades nacionais: Josina Machel (1945-1971), heroína da luta de libertação nacional, foi referida por 30% dos participantes; Lurdes Matola, campeã olímpica, referida por 16% dos participantes; e Graça Machel, mencionada por 14% dos participantes¹⁵.

Resumindo, globalmente, verificou-se uma predominância de governantes e outras personalidades ligadas à política no *Top 10* da história nacional, tal como aconteceu no *Top 10* da história mundial, mas a referência a mulheres exercendo funções políticas ou outras funções de liderança foi escassa. Em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique foi dado algum destaque a mulheres que combateram na luta de libertação nacional, sobretudo às que morreram jovens (por exemplo, Titina Silá, Deolinda Rodrigues, Josina Machel) e foram transformadas em ícones, figuras míticas da luta armada (por exemplo, embora muitas mulheres tenham participado ativamente na luta armada de libertação nacional, nomeadamente no chamado “destacamento feminino”, Josina Machel é a única mulher destacada enquanto “heroína nacional” nos atuais manuais de história em Moçambique (Cabecinhas, Macedo, Jamal, & Sá, 2018).

¹⁵ Foram realizados grupos focais com outros participantes para discutir os resultados. Nessas discussões, Josina Machel e Graça Machel foram evocadas sobretudo na qualidade de “esposas” de Samora Machel e não tanto pelas suas próprias realizações e contributo na luta de libertação nacional.

5. Considerações finais

O objetivo principal da investigação aqui revisitada foi analisar as memórias históricas de jovens em sete países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. De um modo geral, os dados apontam para algumas convergências que denunciam a persistência de um considerável nível de eurocentrismo nas representações da história dita “universal”, mas também revelam algumas importantes divergências.

Os acontecimentos ligados ao passado colonial assumiram grande relevo nos dados recolhidos nos diferentes países, mas enquanto os participantes portugueses se focaram nos “descobrimientos” os participantes dos países africanos focaram-se na independência nacional e nos efeitos negativos do colonialismo. A luta de libertação colonial emergiu como uma grande narrativa que contrasta com os resultados dos estudos de Liu e colaboradores (2005, 2009), que foram realizados em todos os continentes excepto África. De um modo geral, enquanto os europeus tendem a “esquecer” os efeitos negativos da colonização quando pensam na história mundial, os africanos tendem a tornar esses efeitos salientes. Em ambos os casos, esquecer ou recordar serve funções identitárias (Cabecinhas et al., 2011; Licata, Klein, & Gély, 2007; Licata et al., 2018).

Neste sumário focámo-nos nos resultados obtidos através de um exercício de evocação espontânea dos acontecimentos e das personalidades consideradas mais importantes da história mundial e da história nacional, deixando de fora várias outras questões que foram objeto de análise em outros trabalhos. Globalmente, os resultados evidenciam o peso da forte assimetria simbólica que contribui para o (quase) apagamento do papel das mulheres na história.

Nos grupos focais, quando confrontámos estudantes universitários com este padrão de resultados, este apagamento foi considerado pelos participantes como “natural” e espelhando simplesmente uma desigualdade histórica que, entretanto, teria sido ultrapassada, com a maior participação das mulheres na esfera pública, nomeadamente em funções de liderança. Na opinião dos estudantes, homens e mulheres, trata-se de uma “não questão”, pois essas desigualdades fazem parte do “passado” e passaram à “história”. No entanto, é importante recordar que no caso da evocação das personalidades da história mundial os participantes foram chamados a pronunciar-se sobre “os últimos mil anos da história da humanidade”, tendo-se verificado uma focalização no passado muito recente (com incidência nos acontecimentos dos últimos cem anos). No caso da história nacional não foi dada nenhuma baliza

temporal e o efeito de recência foi ainda mais pronunciado, com um predomínio nítido de referências ao presente ou passado muito próximo. Ou seja, o argumento de que as mulheres foram esquecidas porque “antigamente” não desempenhavam funções de liderança não pode ser tomado como única explicação para os resultados obtidos (Cabecinhas, 2018).

Resumindo, as personalidades consideradas mais importantes na história da humanidade foram na sua esmagadora maioria homens, ocidentais, brancos, cristãos, de elevado estatuto social, especialmente no caso dos dados recolhidos no Brasil e em Portugal. Paralelamente ao que se verificou nas evocações da história mundial, os dados evidenciaram também o silenciamento do papel das mulheres na história nacional. As mulheres que se destacaram em ações humanitárias e em funções de expressividade são avaliadas muito positivamente, sendo-lhe associadas emoções positivas como a admiração e orgulho. Já às líderes políticas, o impacto que lhes é atribuído parece depender mais de relações de parentesco (filhas ou esposas de líderes políticos) do que das suas próprias ações. Em contrapartida, as mulheres que exerceram uma liderança política transgredindo os papéis tradicionais de género, foram consideradas “duras” e, comparativamente às anteriores, foram penalizadas nas avaliações dos participantes. As exceções são mulheres que morreram jovens (por exemplo, Titina Silá, Josina Machel) e que, entretanto, se tornaram num ícone da luta de libertação nos respetivos países.

Assim, as mulheres aparecem simultaneamente como “excecionais” e “excluídas” da história, na qual os homens surgem como se fossem os únicos agentes, seja como *heróis* ou *vilões*. *Excecionais* as que “lutaram como se fossem homens” e/ou se disfarçaram de homens (por exemplo, Maria Quitéria, etc.) e aquelas que se distinguiram em domínios tradicionalmente associados ao “eterno feminino”, seja pela beleza física ou bondade (o que poderá estar relacionado com o padrão dominante de cobertura mediática em termos de *soft* e *hard news*, ver por exemplo: Cerqueira, Cabecinhas, & Magalhães, 2016; Gallego, 2000; Lobo & Cabecinhas, 2010), mas que continuam *excluídas* da “Grande História”.

Como já referimos, neste estudo participaram apenas estudantes universitários, cujos dados não podem ser extrapolados para a população em geral. De facto, alguns estudos em que recorremos a outras metodologias e auscultámos pessoas de diferentes faixas etárias e diferentes percursos de vida permitem complementar estes dados e matizar algumas das tendências aqui reportadas. Além disso, na interpretação dos dados aqui revisitados não podemos esquecer que estes são o fruto de um determinado momento histórico, tendo sido recolhidos num dado “tempo” e num dado “espaço”, elementos fundamentais na estruturação das memórias coletivas. Desse modo, os acontecimentos que faziam parte da agenda mediática no momento da recolha de dados exerceram uma influência preponderante em

algumas das memórias evocadas. Saliemos de novo que não foi dada aos participantes nenhuma lista prévia de acontecimentos ou de personalidades, por isso a probabilidade de evocação espontânea foi muito afetada pela recência dos acontecimentos ou pela sua atualização mediática, aquando de efemérides e comemorações.

No entanto, uma vez que os dados empíricos foram recolhidos ao longo de uma década nos diferentes países e em alguns deles foi possível realizar mais do que uma fase de recolha de dados, constatámos que os resultados recolhidos mais recentemente apresentam o mesmo grau de apagamento das personalidades femininas, o que evidencia o muito que ainda há a fazer para combater uma memória pública masculinizada.

Como referimos anteriormente, as memórias históricas dos jovens estão alinhadas com a versão dominante da história nacional na esfera pública dos respetivos países, o que por vezes colide com as memórias familiares (e.g., Feijó & Cabecinhas, 2009), com a versão da história que é apresentada na escola (e.g., Cabecinhas et al., 2018), nas redes sociais (e.g., Macedo, Martins, & Macedo, 2010; Macedo, Martins, & Cabecinhas, 2011), nos filmes e documentários (e.g., Macedo, 2016; Pereira, 2016) ou com a memória pública dominante no país para o qual se emigrou, por exemplo (e.g., Abadia, Cabecinhas, Macedo, & Cunha, 2016). De facto, vários estudos recentes têm demonstrado os efeitos persistentes do processo colonial na formação das mentalidades, nos estereótipos sociais e nas atuais relações intergrupais (Cabecinhas, 2014; Macedo, 2016; Bobowik, Valentim, & Licata, 2018; Volpato & Licata, 2010).

Os efeitos opressivos do colonialismo a longo prazo são frequentemente subestimados, contribuindo para a sua manutenção. Ao tornar saliente uma narrativa de libertação colonial, os participantes africanos demonstram claramente que não querem ser “apagados” da história da humanidade. Diz um provérbio africano que *“até que o leão conte a sua história, a versão dominante será sempre a do caçador”* (in Meneses, 2008, p. 76). Os dados recolhidos parecem evidenciar que a história do “leão” começa a ser escutada, mas tomando de empréstimo as palavras de Chimamanda Adichie, o quadro geral torna ainda evidente de forma clara “o perigo da História única” (2009), na qual cabe aos homens o papel ativo (seja como *heróis* ou *vilões*) enquanto às mulheres são apenas reconhecidas enquanto vítimas ou desempenhando papéis decorativos, cristalizando “velhos” estereótipos sociais, disseminados à escala planetária pelos *media* “globais” seguindo estruturas herdeiras da colonização europeia (Cabecinhas, 2002). Como refere Gayatri Spivak no prefácio do documentário sobre os movimentos de libertação *Concerning violence* (2014), “apesar das lutas de

libertação forçarem as mulheres a uma aparente igualdade logo no século XIX ou até mais cedo, quando a poeira assenta, a nação pós-colonial regressa às estruturas invisíveis de género, de longo prazo [...]. Colonizado e colonizador unem-se na violência de género”, esquecendo as mulheres enquanto agente histórico. Como os dados também evidenciam, tanto homens como mulheres contribuem para este verdadeiro “apagão da memória”.

Estes resultados espelham algumas representações hegemónicas sobre a história, que se traduzem em imagens do passado que legitimam a ordem social presente nos diferentes países em que os dados foram recolhidos, mas evidenciam também de forma clara expressões da memória social como um “campo de disputa” e de luta simbólica entre grupos. As memórias sobre o passado que “liga” os diversos países de língua oficial portuguesa são vivenciadas com diferentes tonalidades emocionais e têm significados diferenciados. De um modo geral, os resultados apontam para um “desencontro” das memórias sobre o passado colonial da parte dos jovens que participaram neste estudo. Por exemplo, os participantes angolanos e os participantes portugueses tendem a apresentar o passado colonial de modo claramente divergente: “enquanto os portugueses evocam os descobrimentos os angolanos evocam a escravatura, o tráfico de escravos e os massacres, ou seja, enquanto uns se focam nas *viagens* os outros salientam os *crimes*” (Cabecinhas, 2015, p. 351). Por seu turno, da parte dos participantes brasileiros, cabo-verdianos e timorenses observa-se uma representação ambivalente do passado colonial que oscila entre a alegria da “descoberta” ou “chegada” e a violência da “ocupação”.

Assim, adaptando a expressão de Mia Couto (2009), globalmente os resultados espelham *Luso(A)fonias* e demonstram quão desafiante é a construção de uma identidade comum entre os falantes de língua portuguesa: as memórias dos jovens portugueses estão alinhadas à representação hegemónica da história de Portugal como país que “deu novos mundos ao mundo”, mas desalinhadas face às memórias dos jovens que habitam esses “novos mundos”. Como salienta Sousa (2006, p. 9), “a Lusofonia é uma construção extraordinariamente difícil. É um espaço geolinguístico altamente fragmentado, um sentimento pleno de contradições, uma memória de um passado comum, uma cultura múltipla e uma tensa história partilhada”.

Nesse sentido, Martins (2014) alerta para a necessidade de nos mantermos vigilantes e desconstruirmos os diversos equívocos que atravessam o conceito de lusofonia, entre os quais destaca quatro: 1) “os equívocos de uma centralidade portuguesa da lusofonia”; 2) “os equívocos de reconstrução, em contexto pós-colonial, de narrativas do antigo império, hoje com propósitos neo-coloniais, sejam eles conscientes ou inconscientes”; 3) “os equívocos do lusotropicalismo renascente e

redivivo, de uma ‘colonização doce’”; e 4) “os equívocos de algum discurso pós-colonial, que é a narrativa de uma história do ‘ressentimento’” (pp. 25-26).

Como salientámos num trabalho anterior, “desfazer estes equívocos sem criar novas simplificações redutoras constitui sem dúvida um enorme desafio para quem pretende analisar criticamente as dinâmicas culturais e identitárias no espaço lusófono” (Cabecinhas, 2015, p. 337). Tal tarefa é absolutamente essencial para a “descolonização” do pensamento.

Frequentemente as memórias de conflitos passados constituem um entrave ao diálogo entre grupos e comprometem as suas relações futuras. As políticas da memória desempenham um papel crucial para os processos de reconciliação e para a possibilidade de um verdadeiro diálogo com o “outro”, a partir da compreensão da perspectiva deste “outro” (Cabecinhas & Cunha, 2008; Sammut, 2010).

Não podemos compreender as dinâmicas do presente sem ter em conta o passado e sem auscultar o que significa esse passado para os diversos grupos e pessoas. Escutar as diversas “vozes” e dar a conhecer os diferentes olhares sobre o passado colonial constitui sem dúvida um grande desafio, desafio esse essencial para promover um novo e melhor entendimento entre os povos que partilham a língua portuguesa, tendo em conta a pluralidade de culturas, saberes e experiências (Lopes, 2017; Martins, 2017; Sousa, 2018).

Referências

- Abadia, L., Cabecinhas, R., Macedo, I., & Cunha, L. (2016). Interwoven migration narratives: identity and social representations in the Lusophone world. *Identities – Global Studies in Culture and Power*. iFirst. doi: 10.1080/1070289X.2016.1244062.
- Adichie, C. N. (2009). *The danger of a single story*. [Video]. Oxford: TED. Recuperado de https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino: A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Amâncio, L. (1997) The Importance of Being Male: Ideology and Context in Gender Identities. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 2, 79–94.
- Amâncio, L. (2017). Assimetria Simbólica. Breve história de um conceito. In J. M. Oliveira, & L. Amâncio (Eds.), *Genéro e Sexualidades - Intersecções e Tangentes* notas (pp.17-36). CIS-IUL: Lisboa.
- Assmann, J. (2008). Communicative and Cultural Memory. In A. Erll & A. Nunning (Eds.), *Media and Cultural Memory. An International and Interdisciplinary Handbook* (pp.109-118). Berlim, Nova Iorque: Walter de Gruyter.
- Bartlett, F. C. (1923). *Psychology and primitive culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bartlett, F. C. (1995). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge, MA: Cambridge University Press. (Obra originalmente publicada em 1932).
- Bourdieu, P. (1998). *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- Bobowik, M., Valentim, J. P., & Licata, L. (2018). Introduction to the Special Issue: Colonial past and intercultural relations. *International Journal of Intercultural Relations*, 62, 1-12.
- Brasil, J. A., & Cabecinhas, R. (2017). Social Representations of Latin American History and (Post)Colonial Relations in Brazil, Chile and Mexico. *Journal of Social and Political Psychology*, 5(2), 537–557, doi: 10.5964/jspp.v5i2.701
- Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e etnicidade em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Cabecinhas, R. (2006). Identidade e memória social: Estudos comparativos em Portugal e em TimorLeste. In M. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp.183-214). Porto: Campo das Letras.

- Cabecinhas, R. (2009). Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In M.M. Baptista (Ed.), *Cultura: Metodologias e Investigação* (pp.51-66). Lisboa: Ver o Verso Edições.
- Cabecinhas, R. (2012). Representações identitárias e memória social: abordagem conceptual e metodológica. In A. Adami, & A. Hohlfehl (Orgs.), *Lusofonia e interculturalidade* (pp. 583-604). São Paulo: INTERCOM.
- Cabecinhas, R. (2014). “Quem quer ser apagado?”: Representações da história e a descolonização do pensamento. In *IV Congresso Internacional em Estudos Culturais-Colonialismos, Pós-Colonialismos e Lusofonias* (pp.506-513). Programa Doutoral em Estudos Culturais (Universidades de Aveiro e do Minho).
- Cabecinhas, R. (2015). Representações sociais da história nacional: Estudos comparativos em contexto lusófono. In M. L. Martins (Org.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 335-354). Famalicão: Húmus.
- Cabecinhas, R. (2018). Quem quer ser apagada? Memória coletiva e assimetria simbólica. In C. Nogueira & J.M. Oliveira (Eds.), *Lígia Amâncio: o género como ação sobre o mundo* (pp.113-132). CIS-IUL: Lisboa. <http://hdl.handle.net/1822/58927>
- Cabecinhas, R., & Abadia, L. (2013). Preamble – Narratives and Social Memory: Dialogic Challenges. In R. Cabecinhas, & L. Abadia (Eds.), *Narratives and Social Memory: theoretical and methodological approaches* (pp.5-9). Braga: CECS.
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (1999). Asymmetries in the perception of other as a function of social position and context. *Swiss Journal of Psychology*, 58(1), 40-50.
- Cabecinhas, R., & Cunha, L. (2008). Introdução: da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação Intercultural: perspectivas, dilemas e desafios* (pp.7-12). Porto: Campo das letras.
- Cabecinhas, R., & Cunha, L. (Eds.) (2017). *Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios*. V. M. Famalicão: Edições Húmus, 2ª edição. <http://hdl.handle.net/1822/34392>
- Cabecinhas, R., & Évora, S. L. (2008). Visões do Mundo e da Nação: jovens cabo-verdianos face à história. In M. L. Martins, & M. Pinto (Orgs.) *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 2685-2706). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Cabecinhas, R., & Feijó, J. (2010). Collective memories of Portuguese colonial action in Africa: Representations of the colonial past among Mozambicans and Portuguese youths. *International*

- Journal of Conflict and Violence*, 4, 28–44. Recuperado de urn:nbn:de:0070-ijcv-2010111
- Cabecinhas, R., & Feijó, J. (2013). Representações sociais do processo colonial – perspectivas cruzadas entre estudantes moçambicanos e portugueses. *Configurações: Revista de sociologia*, 12, 117-139. Recuperado de <https://configuracoes.revues.org/2053>
- Cabecinhas, R., & Nhaga, N. (2008). Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais. Guiné-Bissau e Portugal. In R. Cabecinhas, & L. Cunha (Eds.), *Comunicação Intercultural: perspectivas, dilemas e desafios* (pp. 109-132). Porto: Campo das letras.
- Cabecinhas, R., Lima, M. E. O., & Chaves, A. M. (2006). Identidades nacionais e memória social: Hegemonia e polémica nas representações sociais da história. In J. Miranda, & M. I. João (Eds.), *Identidades nacionais em debate* (pp.67-92). Oeiras: Celta.
- Cabecinhas, R., Liu, J. H., Licata, L., Klein, O., Mendes, J., Feijó, J., & Niyubahwe, A. (2011). Hope in Africa? Social representations of world history and the future in six African countries. *International Journal of Psychology*, 46(5), 354-367. doi: 10.1080/00207594.2011.560268.
- Cabecinhas, R., Macedo, I., Jamal, C., & Sá, A. (2018). Representations of European Colonialism, African Resistance, and Liberation Struggles in Mozambican History Curricula and Textbooks (pp. 217-237). In K. Van Nieuwenhuysse, & J. P. Valentim (Eds.), *The Colonial Past in History Textbooks – Historical and Social Psychological Perspectives*. Charlotte, NC: Information Age Publishing.
- Cabral, A. (1960). Memorandum enviado ao Governo Português pelo PAIGC. Arquivo Amílcar Cabral, Fundação Mário Soares. <http://www.fmsoares.pt>
- Cabral, A. (1966). Alocução aos microfones da emissora ‘A voz da liberdade’, emissão de 2 de Julho de 1966. Arquivo Amílcar Cabral, Fundação Mário Soares. <http://www.fmsoares.pt>
- Cardina, M. (2016). Memórias amnésicas? Nação, discurso político e representações do passado colonial. *Configurações: Revista de sociologia*, 17, 31-42. doi: 10.4000/configuracoes.3281
- Carey, J. (1988). *Communication as Culture: Essays on Media and Society*. Nova Iorque: Routledge.
- Carretero, M., Berger, S. & Grever, M. (2017). *Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education*. Palgrave: Londres.
- Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA (2008). *História do MPLA* (Volumes I e II). Luanda: CDIH.
- Cerqueira, C., Cabecinhas, R., & Magalhães, S. I. (2016). Gender and media: where do we stand today? In C. Cerqueira, R. Cabecinhas, & S. I. Magalhães (Eds.), *Gender in focus: (new) trends in media* (pp. 5-11). Braga: CECS.

- Cerqueira, C., Magalhães, S. I., Santos, A., Cabecinhas, R., & Nogueira, C. (2014). *De outro género: Propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo*. Braga: CECS.
- Couto, M. (2003). *O fio das missangas*. Alfragide: Caminho.
- Couto, M. (2009). Luso-afonias – A Lusofonia Entre Viagens e Crimes. In M. Couto (Ed.), *E se Obama fosse africano? E outras interinvenções* (pp. 183-198). Lisboa: Caminho.
- Cunha, L. (2006). *Memória Social em Campo Maior: Usos e Percursos da Fronteira*. Lisboa: Dom Quixote.
- Doise, W. (1982). *L'Explication en Psychologie Sociale*. Paris: Presses Universitaire de France.
- Erl, A. (2011). *Memory in Culture*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Faniko, K., Ellemers, N., Derks, B., & Lorenzi-Cioldi, F. (2017). Nothing Changes, Really: Why Women Who Break Through the Glass Ceiling End Up Reinforcing It. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 43(5), 638-651.
- Feijó, J., & Cabecinhas, R. (2009) Representações da história de Moçambique por parte de estudantes universitários de Maputo. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 7, 37-52.
- Gallagher, M. (2001). *Gender Settings: News Agenda for Media Monitoring and Democracy*. London: Zed Press.
- Gallego, J. (2000). *El sexo de la noticia: Reflexiones sobre el género en la información y recomendaciones de estilo*. Barcelona: Icaria.
- Halbwachs, M. (1968). *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France. (Obra originalmente publicada em 1950).
- Halbwachs, M. (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel. (Obra originalmente publicada em 1925).
- Hanke, K., Liu, J. H., Sibley, C. G., Páez, D., Gaines Jr, S. O., Moloney, G., . . . Cabecinhas, R. (2015). “Heroes” and “villains” of world history across cultures. *PloS One*, 10(2), 1-21.
- Hewer, C. J., & Roberts, R. (2012). History, culture and cognition: Towards a dynamic model of social memory. *Culture & Psychology*, 18(2) 167–183.
- Hegarty, P., & Klein, O. (2017). Historical cognition’s dilemmas: Introduction to the special issue—recent advances in historical cognition. *Memory Studies*, 10(3), 243-248. doi: 10.1177/1750698017701598
- Hilton, D., & Liu, J. H. (2017). History as the narrative of a people: From function to structure and content. *Memory Studies*, 10(3), 297-309. doi: 10.1177/1750698017701612
- Hirsch, M., & Smith, V. (2012). Feminism and Cultural Memory: An Introduction. *Signs*, 28(1), 1-19.

- Khan, S. (2015). *Portugal a Lápis de Cor. A Sul de uma Pós-Colonialidade*. Coimbra: Almedina.
- Licata, L., & Klein, O. (2005). Regards croisés sur un passé commun: anciens colonisés et anciens coloniaux face à l'action belge au Congo. In M. Sanchez-Mazas, & L. Licata (Eds.), *L'Autre: Regards psychosociaux* (pp. 241-277). Saint-Martin d'Hères: Presses Universitaires de Grenoble.
- Licata, L., Khan, S. S., Lastrego, S., Cabecinhas, R., Valentim, J. P., & Liu, J. H. (2018). Social representations of colonialism in Africa and in Europe: Structure and relevance for contemporary intergroup relations. *International Journal of Intercultural Relations*, 62, 68-79, <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijintrel.2017.05.004>
- Licata, L., Klein, O., & Gély, R. (2007). «Mémoire des conflits, conflits de mémoires: une approche psychosociale et philosophique du rôle de la mémoire collective dans les processus de réconciliation intergroupe». *Social Science Information*, 46(4), 563-589. doi: 10.1177/0539018407082593
- Liu, J. H., & Hilton, D. (2005). How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories. *British Journal of Social Psychology*, 44, 537–556.
- Liu, J. H., Goldstein-Hawes, R., Hilton, D. J., Huang, L. L., Gastardo-Conaco, C., Dresler-Hawke, E., . . . Hidaka, Y. (2005). Social representations of events and people in world history across twelve cultures. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 36, 171–191.
- Liu, J. H., Páez, D., Slawuta, P., Cabecinhas, R., Techio, E., Kokdemir, D., . . . Zlobina, A. (2009). Representing world history in the 21st Century: The impact of 9-11, the Iraq War, and the nation-state on dynamics of collective remembering. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 40, 667–692.
- Lobo, P., & Cabecinhas, R. (2010). The Negotiation of Meanings in the Evening News: Towards an Understanding of Gender Disadvantages in the Access to the Public Debate. *International Communication Gazette*, 72 (4–5), 339–358.
- Lopes, A. J. (2017). *Globalização, Diversidade Cultural e Lusofonias: Circulação trans-espacial da fala portuguesa e sua relação com outras falas*. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional sobre as Culturas. Braga, Novembro de 2017.
- Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les Représentations des groupes dominants et dominés Collections et agrégats*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Macedo, I. M. (2016). Os jovens e o cinema português: a (des) colonização do imaginário? *Comunicação e Sociedade*, 29, 271-289. doi: 10.17231/comsoc.29(2016).2420

- Macedo, I. M., Cabecinhas, R., & Macedo, L. (2013). (Post)-conflict Memories and Identity Narratives in the Documentary Series I Am Africa. *Observatorio (OBS*) Journal*, 7(3), 115-127.
- Macedo, L., Martins, M. L., & Cabecinhas, R. (2011). Blogando a lusofonia: experiências em três países de língua oficial portuguesa. In M. L. Martins, R. Cabecinhas, & L. Macedo (Eds.), *Lusofonia e Cultura-Mundo, Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 121-142). Coimbra: Grácio Editor.
- Macedo, L., Martins, M. L., & Macedo, I. M. (2010). "Por mares nunca dantes navegados": contributos para uma cartografia do ciberespaço lusófono. In M. L. Martins, R. Cabecinhas, & L. Macedo (Eds.), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona – Lusofonia e Sociedade em Rede* (pp. 11-39). Coimbra: Grácio Editor.
- Macedo, L., Martins, M. L., Cabecinhas, R., & Macedo, I. M. (2013). Researching identity narratives in cyberspace: some methodological challenges. In R. Cabecinhas, & L. Abadia (Eds.), *Narratives and Social Memory: theoretical and methodological approaches* (pp. 119-133). Braga: CECS.
- Marques, R. (2005) *Timor-Leste: o agendamento mediático*. Porto: Porto Editora.
- Martins, M. L. (2006). A Lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In M. L. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 79-87). Porto: CECS e Campo das Letras.
- Martins, M. L. (2009). Para um 'politeísmo metodológico' nos Estudos Culturais. In M.M. Baptista (Ed.), *Cultura: Metodologias e Investigação* (pp. 29-40). Lisboa: Ver o Verso Edições.
- Martins, M. L. (2014). Língua Portuguesa, Globalização e Lusofonia. In N. M. B. Bastos (Ed.), *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo: EDUC - IPPUCSP.
- Martins, M. L. (Ed.) (2017). *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas - O caso das Ciências da Comunicação*. V. N. Famalicão: Húmus.
- Martins, M. L., & Cabecinhas, R. (Eds.) (2009). Memória social e dinâmicas identitárias (Número temático). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2009*.
- Martins, M. L., Cabecinhas, R., & Macedo, L. (Eds.) (2010). Lusofonia e Sociedade em Rede (Número temático). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010*.
- Martins, M. L., Cabecinhas, R., & Macedo, L. (Eds.) (2011). Lusofonia e Cultura-Mundo (Número temático). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2011*.
- Martins, M. L., Cabecinhas, R., Macedo, L., & Macedo, I. (Eds.) (2014). *Interfaces da lusofonia*. Braga: Universidade do Minho, CECS.

- Mattoso, J. (2005). *A Dignidade. Konis Santana e a Resistência Timorense*. Lisboa: Temas e Debates.
- Mendes, L. A. O. (2007). *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, X(2), 362-376 (Original publicado em 1793).
- Mendes, J., Silva, E., & Cabecinhas, R. (2010). Memória colectiva e identidade nacional: Jovens angolanos face à História de Angola. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 8, 206-221.
- Meneses, M. P. (2008). Mundos locais, mundos globais: a diferença da história. In R. Cabecinhas, & L. Cunha (Eds.), *Comunicação Intercultural: perspectivas, dilemas e desafios* (pp.75-93). Porto: Campo das letras.
- Miranda, J. (2002). *Identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico. Uma análise psicossociológica das comparações entre os Portugueses e os Outros*. Oeiras: Celta.
- Moscovici, S. (2004). *La psychanalyse son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France. (Obra originalmente publicada em 1961).
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 211–250.
- Ngomane, N. (2012). Quem quer ser apagado? *Semanário Sol*, 06/01/2012.
- Nora, P. (1989). Between Memory and History: Les lieux de mémoire. *Representations*, 26, 7-24.
- Páez, D., Bobowik, M., De Guissmé, L., Liu, J. H., & Licata, L. (2016). Mémoire collective et représentations sociales de l'Histoire. In G. Lo Monaco, S. Delouvé, & P. Rateu (Eds.), *Les représentations sociales: Théories, méthodes et applications* (pp. 539-552). Brussels, Belgium: De Boeck.
- Pennebaker, J. W., Páez, D., Deschamps, J. C., Rentfrow, J., Davis, M., Techio, E. M., . . . Zubieta, E. (2006). The social psychology of history: Defining the most important events of world history. *Psicología Política*, 32, 15-32.
- Pereira, A. C. (2016). Alteridade e identidade em Tabu de Miguel Gomes. *Comunicação e Sociedade*, 29, 311-330. doi: 10.17231/comsoc.29(2016).2422
- Pereira, A. C., & Cabecinhas, R. (2016). “Um país sem imagem é um país sem memória” – entrevista com Licínio de Azevedo. *Estudos Ibero-Americanos*, 42(3), 1026-1047. doi: 10.15448/1980 - 864X.2016.3.22989

- Piçarra, M. C., Cabecinhas, R., & Castro, T. (2016). Imaginários Coloniais: Propaganda, Militância e “Resistência” no Cinema. *Comunicação e Sociedade*, 29, 9-15. doi: 10.17231/comsoc.29(2016).2406
- Roediger, H. L., & Wertsch, J. V. (2008). Creating a new discipline of memory studies. *Memory Studies*, 1(1), 9-22. doi: 10.1177/1750698007083884
- Rosas, F. (2017). *História a história: África*. Portugal [Série televisiva].
- Rothberg, M. (2009). *Multidirectional memory: remembering the holocaust in the age of decolonization*. Stanford: Stanford University Press.
- Sá, C. P., Oliveira, D. C., & Prado, L. A. (2004). As memórias colectivas do descobrimento do Brasil: Imagem comum e juízos diferenciados nas populações portuguesa e brasileira. *Psicologia*, 17(2), 275-291. doi: 10.17575/rpsicol.v17i2.448
- Saint-Laurent, C., Brescó, I., Awad, S. H., & Wagoner, B. (2017). Collective memory and social sciences in the post-truth era. *Culture & Psychology*, 23(2), 147-155. doi: 10.1177/1354067X17695769
- Sammut, G. (2010). Points of view and the reconciliation of identity oppositions: examples from the Maltese in Britain. *Papers on Social Representations*, 19(1), 9.1-9.22.
- Schefer, R. (2016). Mueda, Memória e Massacre, de Ruy Guerra, o projeto cinematográfico moçambicano e as formas culturais do Planalto de Mueda. *Comunicação e Sociedade* 29, 27-51. doi: 10.17231/comsoc.29(2016).2408
- Segesten, A. D., & Wüstenberg, J. (2017). Memory studies: The state of an emergent field. *Memory studies*, 10(4), 474-489. doi: 10.1177/1750698016655394
- Sousa, H. (2006). Comunicação e lusofonia: do lugar acrítico ao lugar da procura. In M. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp.9-14). Porto: Campo das Letras.
- Sousa, H. (2018). Lusophone community in the digital age: the ambiguous place of scepticism and performance. *Media, Culture & Society. iFirst*. Doi: 10.1177/0163443471771522811
- Spivak, G. C. (2014). Prefácio. In G. Olsson. *Concerning Violence*. Suécia, Finlândia, Dinamarca, EUA. [Filme].
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behavior. *Social Science Information*, 13, 65-93.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in social psychology*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.

- Tajfel, H. (1982). Comportamento intergrupo e psicologia social da mudança. In F. Barroso, B. M. Silva, J. Vala, B. M. Monteiro, & M. H. Castro (Eds.), *Mudança Social e Psicologia Social* (pp.13-24). Lisboa: Livros Horizonte.
- Taylor, S. (1991). Asymmetrical effects of Positive and Negative Events: the Mobilization-minimization hypothesis. *Psychological Bulletin*, 110, 67-85.
- Tuchman, G. (1978). Introduction: The Symbolic Annihilation of Women by the Mass Media. In G. Tuchman, A. K. Daniels, & J. Benet (Eds.), *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media* (pp. 3–38). New York: Oxford University Press.
- Vala, J., & Saint-Maurice, A. (2004). Representações sociais sobre o descobrimento do Brasil: os actores e a colonização. *Psicologia*, XVII (2), 385-404.
- Vale de Almeida, M. (2004). Comemoração, nostalgia imperial e tensão social – o desentendimento Portugal – Brasil: comentário às análises de imprensa. *Psicologia*, XVII(2), 381-384. doi: 10.17575/rpsicol.v17i2.456
- Volpato, C., & Licata, L. (2010). Introduction: Collective memories of colonial violence. *International Journal of Conflict and Violence*, 4(1), 4-10.
- Wertsch, J. (2002). *Voices of Collective Remembering*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Winter, J. (2010). Thinking about silence. In E. Ben-Ze'ev, R. Ginio, & J. Winter (Orgs.), *Shadows of war: a social history of silence in the twentieth century* (pp. 3-31). Cambridge: Cambridge University Press.
- Zau, F. (2009). *Educação em Angola. Novos Trilhos para o Desenvolvimento*. Lisboa: Movilivros.